

# O Trabalhador

ANO V

Tip. União Gráfica R. de Santa Marta, 158 — Lisboa  
15 DE NOVEMBRO DE 1938

Director e Editor: Manuel da Anunciada Soares  
Propriedade da Empresa da Revista Renascença, L.<sup>da</sup>

Redacção e Administração: R. Capelo, 5 — 2.<sup>o</sup>, Eq.  
QUINZENÁRIO — Avulso \$30

N.º

## Estrangeiros em Portugal

É ponto assente na orientação do nosso jornal que o preceito de Cristo: **amai-vos uns aos outros** é para se cumprir. Também é doutrina velha nos que lobutam nesta trancreira que somos todos irmãos: ricos e pobres, industriais e operários, portugueses e estrangeiros.

Para nós, é tão digno de amor um preto como um branco, um inglês como um alemão. Poderemos ter maior amizade a uns por serem mais nossos amigos ou ter maior simpatia por outros por serem mais desprotegidos. Não esqueçamos, porém, que os mesmos laços de solidariedade humana nos unem, que fomos todos resgatados pelo sangue de Cristo e que somos chamados todos ao mesmo destino temporal e eterno.

Postos estes princípios para evitar qualquer mal entendido, vamos ao caso que hoje nos interessa.

Todo sabemos que há, em Portugal, muitas Companhias estrangeiras que exploram alguns dos nossos serviços públicos e algumas das nossas riquezas nacionais. Embora isto seja para lastimar, a culpa não é dessas Companhias nem nós lhes queremos mal por isso.

Mas cometem estas Empresas, com honrosas excepções aliás, os maiores e mais graves abusos que nós desejaríamos ver remedeados e corrigidos com energia, tão geral é o clamor dos empregados portugueses que nos têm dirigido as suas amargas queixas.

Reza o art.º 1.º do decreto-lei nº 22.827, de 14 de Julho de 1933 que «As empresas, sociedades ou firmas, comerciais ou industriais, singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras, que exerçam a sua actividade em qualquer parte do território continental só podem ter no seu serviço empregados de nacionalidade portuguesa, enquanto se verificar a existência de desempregados, segundo as estatísticas oficiais do desemprego».

Quere-nos parecer que esta disposição legal, aliás justíssima, tem sido posta em execução com demasiada benevolência para os estrangeiros, em manifesto prejuizo dos interesses nacionais.

Poderíamos citar uma Empresa estrangeira, dirigida por estrangeiros, e das que nos levam rios de ouro, que tem ao seu serviço nada menos de trinta e tantos estrangeiros, alguns dos quais a desempenhar cargos que a gente nem sabe bem o que são.

O que dizemos desta doutrina poderíamos dizer.

Estes estrangeiros, que talvez sejam muito boas pessoas, ganham os ordenados em dollars ou em libras, que depositam em bancos estrangeiros. A uferem imensamente mais do que os empregados portugueses de igual e até superior categoria e, a maior

parte das vezes, limitam-se, a assinar o que os portugueses fazem.

A primeira consequência deste estado de coisas é a revolta no pessoal português que, sabendo-se competente e trabalhando com dignidade, não compreende como um funcionário, só porque é estrangeiro, já tenha de ganhar mais, embora faça muito menos.

A segunda consequência é a situação de injustiça criada aos funcionários portugueses competentes. Como desejam reservar os melhores lugares a estrangeiros, não pensam no esforço do funcionário português, não o sobem de categoria, não lhe dão cargos de responsabilidade. Poderá o nosso compatriota fazer e saber-lho fazer como ninguém. A assígnatura será posta por outro — o estrangeiro — e o ordenado ganho também por ele.

A terceira consequência é o desprezo público pela nossa inteligência e pela nossa dignidade. Como é preciso justificar perante a Sede as enormes diferenças de vencimento, alegam que o nível de vida portuguesa é muito mais baixo, que nós só quasi nos alimentamos de sardinhas e buca-lhau e que somos incompetentes para lugares de responsabilidade.

A quarta consequência é o triplido que se exerce sobre o pessoal português, pagando-se a alguns salários de verdadeira miséria, obrigando outros a trabalhar em demasia, castigando e insultando aqueles que, por brio pessoal, manifestam a sua discordância de certas atitudes assumidas por estrangeiros ou por portugueses a eles vendidos.

Quantas vezes empregados competentíssimos e honrados não são despedidos ou baixados de categoria por essas razões ou por outras ainda menos justificáveis.

A quinta é a mais grave das consequências é estar a direcção de alguns dos nossos serviços vitais exclusivamente na mão de estrangeiros, favorecendo assim até a própria espionagem contra o nosso país. E quando não se trate de um serviço vital que se não preste a espionagem, quantas vezes não é a prepotência consciente do estrangeiro ou a sua própria actividade o melhor veículo das doutrinas anti-nacionais, deliberadamente espalhadas para dificultar e arruinar, se fosse possível, a vida nacional?

Conhecemos estrangeiros dignos, honrados, serviciais e amigos de Portugal. A par d'elles, há, porém, muitos que, além do mais, são peste para a nossa tranquilidade, para o nosso sociego e para a nossa honra.

Há estrangeiros a mais empregados em Portugal, a roubar o pão a portugueses, autênticas nulidades ás vezes e — o que é mais curioso — vindos de países onde está totalmente vedada a nossa possibilidade de trabalhar.

## Empregados ferro-viários

Dissemos no nosso último número — a isso parece que serviu de pretexto no Vale do Vouga para alguns distates a mais — que esperávamos, em breve, poder dar notícias agradáveis aos operários e empregados desta Companhia.

Informa-nos o presidente da Comissão Organizadora do respectivo sindicato que a situação do pessoal que trabalhava só alguns dias por semana ia ser melhorada a partir de 1 de Novembro, e, ao mesmo tempo que nos dá esta agradável informação, agradece-nos o cuidado e o interesse que temos manifestado pela melhoria da miserável situação do pessoal do Vale do Vouga.

Nado tem que nos agradecer. Nós cumprimos o nosso dever e confessamos que não têm sido poucos os passos que damos para obter tal resultado. E é com muito prazer que informamos, por nossa vez, que essas passas não têm sido inúteis.

Esperamos que vão acabar os graves abusos sobre horários de trabalho, obrigando empregados de escritório a trabalhar 10 e 11 horas por dia, com um horário de serviço disparatado de todo e fazendo outros desgraçados a trabalhar, por vezes, mais de 30 horas consecutivas sem condigna remuneração, e ainda obrigando a permanecer outras horas e dias inteiros de plantão sem remuneração nenhuma.

Se a Companhia está fadada, como éles próprios dizem para justificar as prepotências disparatadas que têm exercido sobre o seu pessoal, não é fazendo o que tem feito que ela se salvará.

Antes houvesse mais um pouco de respeito pela dignidade alheia e se deixasse de dar a impressão aos estranhos de que anda por lá muito coisa que seria preciso vigiar de perto, para defesa do Estado Novo.

Mas isto há-de entrar nos eixos», repetimos, porque a justiça é uma grande força! Acaba sempre por vencer um dia, sobretudo quando tem quem a sirva.

E fique-se sabendo no Vale do Vouga que há em Portugal quem sirva a justiça.

## Um importante Despacho

Foi tomado publico o Despacho em que o Senhor Dr. Oliveira Salazar determinou que nas obras do Estado, dadas mesmo por empreitada, sejam preferidos os operários sindicalizados.

«O Trabalhador» rejubila com tão importante despacho e agradece em nome dos operários conscientes dos seus interesses e dos seus deveres a justiça do acto do Senhor Presidente do Conselho, em quem os operários põem a sua esperança.

Aqueles que ainda teimam em não se sindicalizar lembramos a conveniência que têm em procurar inscrever-se como sócios do seu sindicato, não vão ficar sem trabalho por culpa própria.

Urge, por isso, estar atento, es-corrar os indesejáveis e fazer compreender, duma vez para sempre, a essas Empresas estrangeiras que Portugal não é roça e que o país não é terreno conquistado para todas as prepotências.

Menos do que ninguém — porque somos católicos — não temos nem odio, nem antipatia pelos estrangeiros. Amamo-los como irmãos nossos que são.

Mas, se não toleramos as injustiças cometidas por Empresas portuguesas, é necessário reconhecer-nos o direito de muito menos as tolerarmos quando cometidas por Empresas estrangeiras e por estrangeiros.

Talvez voltemos ao assunto, porque muito ficou ainda por contar. A. V.

## QUEIXA-TE AOS PADRES

Porque «O Trabalhador» tem ainda o triste privilégio de ser o único jornal português que tem por objectivo único defender os que são vítimas de imerecida miséria material e moral, toca a dar-lhe pancada bravia.

E porque éle é católico, porque se orgulha de seguir com fidelidade a doutrina de justiça e de amor de Cristo-Operário, toca a fazer dele um jornal de Padres.

E, então, como quem achincalha o desgraçado que se calçou aos pés, atrai-se a frase arrogante e cínica: vai queixar-te aos Padres!

Meus senhores! «O Trabalhador» não é um jornal de Padres, mas tem muito orgulho de contar como seu primeiro colaborador um Padre.

E alhem que este Padre não é uma excepção. Os Padres são o que éle é neste terreno: os defensores da Justiça e da Caridade. Aquelle Padre que o não for, esse falta a sua missão!

«O Trabalhador» fala sem papas na língua. Os seus maiores e mais preciosos auxiliares têm sido precisamente os Padres.

O nosso arquivo está cheio, bem cheio, de queixas, de lamentos, de gritos da indignação, de apélls á justiça. Aqui tudo vem parar. Não se passa dia nenhum em que ó nossa porta não venha bater o foinito, o explorado, a vítima! Nem há dia nenhum em que não cheguem de todos os cantos do país, reclamações, amargos queixos, gritos de revolta, por vezes! Nós sentimos, como ninguém, o que pensa, o que sente a alma trabalhadora porque ela se nos abre tal qual é.

O nosso arquivo, que guardamos com entronhado amor, é ao mesmo tempo um clamor colectivo de fome de justiça, um libelo terrível de condenações, um grito de esperanças e de fé, um repostório magnifico da beleza da alma popular.

## Fôrça pela Alegria

Como já devem saber, existe na Alemanha uma organização chamada **Fôrça pela Alegria**, que, entre outros benefícios, oferece aos operários viagens de recreio em óptimos paquetes a vários portos da Europa. Essas viagens são em parte pagas pelos operários e em parte pela organização e subsidiadas pelo Estado.

Hoje, 25 de outubro, chegaram a Lisboa três desses paquetes e quis fazer uma observação.

Logo de manhã fui-me colocar no jardim da Rocha Conde de Obidos a vê-los desembarcar.

Em grande número, subiram a grande escaudaria, enquanto outros grupos, lá em baixo, se separavam por um e outro lado, pelas Avenidas 24 do Julho e da Índia. Os que subiram iam para a embaixada alemã que é ali perto.

Da rua presidente Arriaga, ao alto do jardim da Rocha, avistase perto a Igreja de S. Francisco de Paula.

O grupo dividiu-se, uns subiram á rua do Olival e outros meteram pela Rua Presidente Arriaga, em direcção á igreja.

Ali, á nova divisão; uns, os mais numerosos, passaram diante da igreja e foram subir para a embaixada pela rua Ribeiro Sanches. Outros, muito numerosos também, pararam diante da igreja, admirados de não verem a porta ao centro, mas entraram pela porta lateral — e eu atrás d'elles.

Verifiquei que não era por simples curiosidade que entravam a ver uma igreja. Vi aquelas operárias e aqueles operários ajoelhar e rezar. E fui vendo sair livrinhos de orações das maletas d'ellas e dos bolsos d'elles...

E pus-me a pensar: Cuidamos, muitos portugueses, que a guerra ao cristianismo acabou ou vai acabar com a fé católica na Alemanha. Cabo aqui dizer, com a expressão popular: — E o acabou!

O nosso espaço tão reduzido permite revelar, nem de longe, que de belo e de grande encosto nosso arquivo.

Só dizemos que as suas páginas, belas, os seus mais vementes grito de justiça e de caridade foram escrito punho de Padres, dessas almas de ao sacrificio que sabem sofrer e com os que sofrem e choram, de mas gentis de homens heróicos, consomem a pregar a doutrina de justiça e de amor que Jesus, seus lhos ensina e inspira a todo o mundo.

Incompreendidos, insultados, d'ellos, foram éles os que escreveram tinham a escrever o que de mais mais honrado temos no nosso guardado precisamente para o do nosso jornal, história que um há-de fazer.

Em resposta á insolência, ao e ao cinismo com que alguns dos tes da indústria mandam os seus rios queixarem-se aos Padres, n remos, bem alto, chamar aos operários, que se queixem aos Padres.

Camaradas! Acabe-se de uma ra sempre com o medo do Padre preconceito de que o Padre e, a Igreja, estão pelo lado dos exploradores. Os maiores defensores, têm sido os que, conhecendo as injustiças de vítimas, se apressam a pedir-nos, lavouras energicas e vibrantes, que ciemos os prevaricadores e peçonhiga.

Quem o não acreditar que vale em nome da classe operária, redecemos aos Padres, a tantas l' muito que por nós têm feito.

Honra ao Padre católico, o defensor dos explorados e dos exploradores.

Notem que na Alemanha só, pouco mais, dá população ca. Notem que uma demora de tempo numa cidade para quem em viagem de recreio não é a ocasião para «perder» tempo numa igreja para rezar. Notem excursionistas já se tinham lá em baixo nas Avenidas, no e diante da igreja nem todos riam nela no passar.

Pois foi bem grande o número que entraram e quasi todos, a triquei, para rezar e não para os olhos e lunetas, como si excursionistas, para os quadros, mirmores da igreja.

E não quis deixar de contar leitores do Trabalhador.

## Mais uma vez protes

Sim! Mais uma vez elevamos o nosso protesto veemente contra a ceder de alguns dos industriais pelas obrigações dos últimos, sobre salários mínimos, que está pregar toda a espécie de violência afrontas para com os seus operários que a necessidade de ganhar a go o sujeitarem-se a tão miserável procedimento.

Queixam-se depois dos operários estamos aqui para defender a si. O operário não é mau! Quem mau é o mau patrão, mil vezes mais do que o operário mau. O que se passa em algumas cas de sedos e de algodões é a prova de que temos razão que queixamos de insensatez e da dignidade de alguns — não por lizmente — dos nossos industria-